



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0054.297263/2020-58

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2021/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Higienização e Limpeza Hospitalar e assemelhada, Laboratorial e Ambulatorial - Higienização, Conservação, Desinfecção de Superfícies e Mobiliários e Recolhimento dos Resíduos do Grupo "D", para atender as necessidades da unidade de saúde HOSPITAL DE CAMPANHA ZONA LESTE, de forma contínua, conforme características e parâmetros técnicos e operacionais a serem descritos no termo de referência, de acordo com as normas legais vigente, tendo em vista o enfrentamento ao COVID-19, pelo período de 3 (três) meses, conforme previsto na Lei nº 13.979/2020).

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designada por meio da Portaria nº 020-2020/SUPEL-CI, edição do dia 20 de fevereiro de 2021, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **FBX Serviços Especializados de Limpeza Predial Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.436.461/0001-50, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL E EFEITO SUSPENSIVO

A empresa **FBX Serviços Especializados de Limpeza Predial LTDA** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, sendo considerado **TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO**.

II – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame de Pregão Eletrônico para Contratação de empresa Especializada para Prestação de Serviços de Higienização e Limpeza Hospitalar e assemelhada, Laboratorial e Ambulatorial - Higienização, Conservação, Desinfecção de Superfícies e Mobiliários e Recolhimento dos Resíduos do Grupo "D", para atender as necessidades da unidade de saúde HOSPITAL DE CAMPANHA ZONA LESTE, de forma contínua, conforme características e parâmetros técnicos e operacionais a serem descritos no termo de referência, de acordo com as normas legais vigente, tendo em vista o enfrentamento ao COVID-19, pelo período de 3 (três) meses, conforme previsto na Lei nº 13.979/2020). Esta Comissão Especial de Licitações – CEL, na data de 30 de abril de 2021, realizou sessão de Pregão Eletrônico através do Sistema ComprasNet.

A sessão de Pregão Eletrônico 096/2021 foi realizada pelo pregoeiro Everson Luciano Germiniano da Silva e equipe de apoio no dia 30/06/2020 por meio do sistema ComprasNet.

Considerando o disposto em Edital, o modelo de contratação adotado foi o de menor valor global.

Desta feita, na ocasião da Sessão restou configurado o seguinte resultado **ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA** apresentou proposta com menor preço global.

Por derradeiro, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **FBX Serviços Especializados de Limpeza Predial Ltda** apresentou o presente **Recurso Administrativo (0017863148)**.

Em sua peça recursal, a recorrente arguiu os seguintes descumprimentos:

1 – INCONSISTÊNCIA NOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.

2 – ILEGALIDADE NA PLANILHA DE CUSTOS APRESENTADA.

Ato contínuo, contemplados os requisitos de admissibilidade e tempestivamente, a empresa **ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA** apresentou contrarrazão (0017863203), através da qual pugna pelo **indeferimento do recurso interposto**.

É o relatório.

III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Equipe, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Dito isso. Após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento das suas razões.

1 - INCONSISTÊNCIA NOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.

A recorrente aduz que os Atestados de Capacidade Técnica da licitante Arauna não atendem o disposto no item 13.8 do edital, pois segundo ela, a recorrida não apresentou atestados relativos à prestação de serviços de limpeza hospitalar, pugnando por sua desclassificação.

Por sua vez a licitante Arauna, informa que apresentou quatro atestados específicos de limpeza hospitalar, são eles:

1. Atestado emitido em 16/03/2021 pelo Hospital Regional de São Francisco do Guaporé, firma que a empresa Arauna faz limpeza em áreas hospitalares desde 31/01/2017 até a data da assinatura;
2. Atestado emitido em 07/12/2017 pelo Centro de Pesquisa em medicina Tropical – Cemetron, firma que a empresa Arauna faz limpeza em áreas hospitalares desde 17/05/2016;
3. Atestado emitido em 15/04/2014 pelo Hospital Regional de Cacoal, firma que a empresa Arauna fez limpeza de todo complexo hospitalar entre 01/04/2012 a 24/10/2013.

4. Atestado emitido em 30/10/2014 pela Secretária de Saúde do Estado de Rondônia, firma que a empresa Arauna prestou serviços de limpeza no Hospital JPIL de 16/01/2012 a 09/02/2014;

Ante as considerações apresentadas pelas licitante, esta Comissão verificou as informações e constatou que a licitante Arauna apresentou Atestados específicos de limpeza hospitalar como determina o instrumento convocatório, conforme Documento SEI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARTE 02 ARAUNA (0017733025) página 68, atestado este fornecido pela Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, relativo ao Serviço de limpeza hospitalar realizado no Centro de Medicina Tropical de Rondônia – CEMETRON, com valor anual de contratação na ordem de R\$ 1.542.961,08 (um milhão quinhentos e quarenta e dois mil novecentos e sessenta e um reais e oito centavos). Sendo que apenas o quantitativo desse contrato já ultrapassa, em muito, o quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) exigido para limpeza no Hospital de Campanha.

Constatou-se ainda que a licitante Arauna apresentou Atestados de serviços de limpeza hospital para:

Hospital Regional de São Francisco do Guaporé, conforme documento SEI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARTE 03 ARAUNA (0017733111) página 08;

Hospital Regional de Cacoal documento SEI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARTE 03 ARAUNA (0017733111) página 19;

Dessa forma não há que se falar em não cumprimento do disposto no item 13.8 do Edital, não tendo razão a recorrente em seus argumentos.

2 – ILEGALIDADE NA PLANILHA DE CUSTOS APRESENTADA.

A licitante alega que os percentuais relativos aos custos de reposição do profissional ausente são ínfimos e não foi demonstrado o custo relativo à licença maternidade. Alega que a recorrida deveria seguir orientação da Instrução Normativa 07/2018, a qual apresenta os percentuais de custos baseado em estudos técnicos.

Por sua vez a licitante Arauna contra-argumenta, informando que apresentou sim, em sua planilha, custo relativo ao afastamento maternidade. Já quanto o percentual de reposição do profissional ausente, informou que a recorrente não informou quais seriam os percentuais corretos, e quais leis determinam esses percentuais. Complementou dizendo que não há legislação que imponha os percentuais de custos.

Argumentou ainda que os custos, afastamento maternidade e reposição do profissional ausente, são custos personalíssimos de cada empresa, pois cada uma tem suas próprias estatísticas sobre acidentes e faltas, e assim sendo não como determinar percentual igual para todos.

A Licitante Arauna trouxe também considerável jurisprudência sobre o caso em tela, vejamos:

A inexecutabilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecutabilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta. Acórdão 637/2017-Plenário – TCU

Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas à cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da executabilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental. Acórdão 906/2020-Plenário - TCU

A inexecutabilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços e erros no preenchimento dessa planilha não caracterizam motivo suficiente para a desclassificação de proposta, desde que o preço ofertado seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação e que não haja infringência às exigências legais. ACÓRDÃO 2947/2019 – PLENÁRIO - TCU

Além disso a licitante afirma em sua defesa faz a seguinte declaração: - - Demostramos ter apresentado os documentos que as recorrentes alegaram não ter visto, além demostramos que nossa proposta é robusta e firme para arcar como todos custos dispostos e planilha e ainda com margem suficiente para arcar com custos imprevistos.

Dessa forma, consubstanciado pela jurisprudência apresentada, assim como a busca da contratação mais econômica para a Administração, este Pregoeiro não dá razão ao argumento apresentado pela

recorrente.

IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro, consubstanciado pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 10 de maio de 2021.

EVERSON LUCIANO G. DA SILVA

Pregoeiro - CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 11/05/2021, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0017863213** e o código CRC **D3D2AFD7**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0054.297263/2020-58

SEI nº 0017863213